

Alta dos juros irrita governo brasileiro

O chanceler Saraiva Guerreiro divulgou ontem nota amentando "profundamente" a decisão tomada por alguns bancos privados norte-americanos de elevar em meio por cento as suas taxas de juros e advertindo que espera que não só as autoridades do governo dos Estados Unidos como os próprios dirigentes dos bancos daquele país "reflitem conscientemente sobre os reflexos altamente negativos que essa medida terá sobre a economia desses países e adotem providências capazes de revertê-la e evitar a sua repetição".

A decisão dos bancos privados americanos de elevar em meio por cento a "prime rate" — fato que por si só resultou no acréscimo de cerca de 350 milhões de dólares no montante da astronômica dívida externa brasileira — provocou profunda irritação ao governo brasileiro. Principalmente pelo fato de que a decisão foi anunciada dois dias depois de os ministros Saraiva Guerreiro e Ernane Galveas haverem regressado da reunião de Cartagena, à qual estiveram presentes representantes de onze países da América Latina. No encontro realizado naquela cidade colombiana, esses ministros reiteraram a disposição de seus governos de honrar os compromissos financeiros internacionais anteriormente assumidos, reiteraram o propósito de evitar a formação de um cartel de devedores mas exigiram, em contrapartida, a imediata redução das taxas de juros cobradas pelo sistema financeiro internacional. Nesse contexto, a elevação da taxa de juros causou profundo desagrado às autoridades econômicas brasileiras. Ainda assim, o governo evitou dar pronta resposta e somente ontem à noite divulgou nota oficial sobre o assunto.

O documento, produzido após um encontro entre os ministros Delfim Netto, Ernane Galveas e Saraiva Guerreiro, afirma que "a elevação das taxas de juros internacionais, neste momento, vem agravar, ainda mais, a situação dos países em desenvolvimento sobrecarregados com pesados ônus decorrentes da recessão econômica mundial, solapando, dessa forma, o grande esforço que esses países vêm realizando para reajustar suas economias, equilibrar o balanço de pagamentos e superar a crise".

Pouco adiante, como não poderia deixar de ser, a nota do chanceler faz demorada referência à reunião de Cartagena, lembrando que naquele encontro, "em notável demonstração de objetividade e serenidade no trato da tão delicada questão, os governos de onze países latino-americanos dirigiram aos governos dos países credores e aos bancos internacionais exortação sobre a co-responsabilidade na administração do problema do endividamento externo e apresentaram, nesse sentido, conjunto equilibrado de propostas tendentes a permitir a redução das taxas de juros, bem como a condução de um diálogo político entre governos de países devedores e credores para a definição de soluções adequadas e duradouras para o problema do endividamento externo".

Ao finalizar a sua nota, o chanceler Saraiva Guerreiro ressaltou que "reiteramos esse chamamento ao diálogo" e informou que o Itamaraty prossegue mantendo consultas com as autoridades dos demais países participantes da reunião realizada semana passada em Cartagena.

